

## Entretempos de “Pivetes” – Quando a miséria é língua comum entre as cidades<sup>1</sup>

## Time between “Pivetes” – When misery is the common language among the cities<sup>2</sup>

**Eduarda Nogueira Vieira**

Mestranda em Geografia na UFJF.

E-mail: [eduardaa.nvieira@yahoo.com](mailto:eduardaa.nvieira@yahoo.com)

**Rosemere Maia**

Professora visitante – PPGE0/UFJF.

Professora titular aposentada da ESS/UFRJ.

Doutora em Geografia pelo PPGE0/UFRJ.

E-mail: [rosemaia@terra.com.br](mailto:rosemaia@terra.com.br)

O esforço deste ensaio consiste em discutir as várias temporalidades e espacialidades urbanas, bem como as desigualdades e os processos de segregação que se apresentam nas cidades, utilizando a literatura – em especial dos romances *Oliver Twist*, de Charles Dickens, e *Capitães da Areia*, de Jorge Amado, como pontapés iniciais para o debate. Nas duas obras, os protagonistas (crianças pobres) sobrevivem em condições de miséria e abandono – o que denota como tais situações sempre estiveram presentes no cenário urbano, independentemente da época ou do lugar. A crítica desenvolve-se à medida que transitamos entre a literatura, a teoria e algumas referências empíricas, sendo possível demonstrar que, na realidade, há, entre esses sujeitos, uma linguagem comum: a miséria. Linguagem esta que é fruto de um espaço geográfico que segrega, individualiza e discrimina. Linguagem construída sobre o sentimento de não pertencimento e rejeição, mas que também leva a táticas de resistência e sobrevivência em um ambiente que se revela tão hostil a muitas das crianças que se colocam em uma situação de vulnerabilidade social. A algumas delas, pejorativamente, nossa sociedade lança o estigma de “pivetes”, negando-lhe acesso a direitos, dentre os quais o mais fundamental: o direito à vida.

### Resumo

<sup>1</sup>O pontapé inicial para a elaboração do presente ensaio foi dado pela autora Eduarda Vieira que, na disciplina “Cidade como Campo de Poder”, ministrada pela outra autora (Rosemere Maia) no PPGE0/UFJF, apresentou uma crônica em que propunha um inusitado encontro entre *Oliver Twist*, personagem de Charles Dickens, e um dos “Capitães da Areia”, da obra de Jorge Amado. Surgiu, então, a ideia de desdobramento do referido texto em um ensaio, resultado apresentado nesse dossiê.

<sup>2</sup>*In Brazilian Portuguese, the term “pivete” refers to homeless boys and girls in a pejorative way, alluding to a criminalization sense where all these “pivetes” would be a threat.*

**Palavras-chaves:** Espaço urbano; Crianças; Segregação; Desigualdades; Literatura.

### **Abstract**

The effort of the following essay relies on the discussion of the variety of times and spatialities that is presented in the urban space, as well as its inequalities and segregation processes present in the cities, by using literature – in particular the novels “Oliver Twist”, by Charles Dickens and “Capitães da Areia”, by Jorge Amado, as the debate start point. Both novels feature neglected children living in poverty, surviving under conditions of misery and neglect – which shows how these situations have always been present in the urban scenario, regardless of time period or locale. Our argument is developed through contexts of literature, theory and some empiric references, to show that, in reality, among these subjects, there is a language in common being spoken: the language of misery. And that language is a product of a geographic space that segregates, ostracizes and distinguishes members of society. A language that is built over the feeling of being an outcast, but also as a reflection of survival and resistance tactics in such an hostile environment.

**Keywords:** Urban space; Children; Segregation; Inequalities; Literature.

## **Introdução**

Cada vez mais, os textos literários têm se tornado fonte inestimável de inspiração/análise no âmbito da academia, isso nos mais diferentes campos disciplinares – naquelas disciplinas ligadas às Ciências Humanas e Sociais, ou naquelas vinculadas às chamadas Ciências duras, como a própria Física. Sem sombra de dúvida, o destaque assumido pela Literatura comprova sua capacidade de estabelecer uma identificação quase direta entre o texto e o leitor. Mas não apenas isso: ela também permite extrapolar seus próprios limites, posicionar aquele que se debruça sobre um romance, uma crônica ou uma poesia para muito além do que está

escrito. Por não ter compromisso com a verdade, com a objetividade, com a neutralidade, ela envolve, comove, incita a criatividade, permite ao leitor perder-se e encontrar-se nas suas páginas e mensagens subliminares, transpor barreiras espaciais e temporais, à medida em que reconstrói ambientes e costumes, descreve paisagens. Segundo Zilberman:

A literatura provoca no leitor um efeito duplo: aciona sua fantasia, colocando frente a frente dois imaginários e dois tipos de vivência interior; mas suscita um posicionamento intelectual, uma vez que o mundo representado no texto, mesmo afastado no tempo ou diferenciado enquanto invenção, produz uma modalidade de reconhecimento em quem lê (ZILBERMAN, 1990, p. 19).

Foi com essa perspectiva que, no presente ensaio, recorreremos a duas obras literárias (*Oliver Twist*, de Charles Dickens, e *Capitães da Areia*, de Jorge Amado) como pontos de partida para o debate sobre várias temporalidades e espacialidades urbanas, assim como seus sujeitos – tendo sido dada atenção especial às crianças que vivem em situação de vulnerabilidade social<sup>3</sup>, que sobrevivem em um contexto marcado pela pobreza, pela segregação e pela discriminação. Como a literatura foi nossa referência fundamental, apropriamo-nos da perspectiva sustentada por Yunes:

Qualquer texto é passível de análise. Mas a análise exige recursos e instrumentos próprios. Exige preparo, metodologia e posturas teóricas. E no caso da literatura, só o leitor cativado, que escolhe e privilegia esta área do saber (porque nela encontra prazer) está em condições de se aparelhar [...] para a análise. Ela implica tornar inteligível o sensível, através de um processo que recupera pela decomposição e pela recomposição, a trajetória de produção do texto pelo autor. A desmontagem e o arranjo do objeto fazem com que se manifeste o jogo relacional entre os elementos no seu interior e se descubram as próprias regras de funcionamento do texto. O que se tem no objeto reconstituído não é mera cópia, mas um simulacro que o torna inteligível, legível desde sua produção. Em uma visão imanente do texto, ele teria sua própria proposta de leitura e, uma vez assinado, estaria fechado em uma autonomia capaz de expulsar até mesmo o autor (YUNES, 1986, pp. 73-74).

---

<sup>3</sup>Consideramos importante mencionar que o termo “vulnerabilidade social”, ainda que presente no campo das políticas públicas brasileiras, principalmente nas de seguridade social (saúde, previdência e assistência social) ainda é marcado por muitas imprecisões conceituais. Não pretendemos, neste artigo, aprofundar este tema, mas gostaríamos de esclarecer que temos como horizonte o fato de que a vulnerabilidade tem como fundamentos múltiplas determinações (sociais, econômicas, culturais, políticas etc.). Neste sentido, ela só pode ser enfrentada se referida a situações em que constatamos formas frágeis de acesso a direitos, sujeitando crianças e adolescentes, em especial, a riscos nos âmbitos familiar e comunitário.

Em algumas ocasiões, durante a construção deste texto, tivemos essa impressão de estarmos “expulsando” os referidos autores (Dickens e Amado) das suas obras, sobretudo quando, no momento inicial, propusemos um encontro entre “dois mundos”, entre “dois tempos”. Criamos uma nova narrativa, pautada em referências extraídas dos campos da Sociologia, da Antropologia, da Teoria Social e da Geografia. No fundo, o que objetivávamos era demonstrar que, até na Literatura, a história se repete.

Convidamos os leitores a enveredarem pelas narrativas que construímos a partir de Dickens e Amado, não com a perspectiva de que, nelas, encontrarão resenhas de suas obras ou a caracterização de todos os personagens que as compõem. Que fique claro que nosso intuito foi usar os autores como referências capazes de informar à academia sobre espacialidades, temporalidades, segregação, individualismo, discriminação, preconceito e tantos outros fenômenos e sentimentos pouco nobres que fazem parte da nossa nada divina tragédia urbana, em um movimento que tinha como horizonte desnudar a cidade, tirando-lhe suas múltiplas roupagens.

*Lócus* de brilho e oportunidade para alguns, de maldição e negação para tantos outros, a cidade é assim: prenhe de contradições. E olhar estas contradições a partir da situação vivida pelas crianças, que têm suas trajetórias e histórias marcadas pela pobreza é tarefa urgente, a ser enfrentada por todos os campos disciplinares vinculados às ciências humanas e sociais.

Sejam bem-vindos! Túlio, Oliver e tantos meninos e meninas que estão por aí, equilibrando-se na corda-bamba da vida, mostram-nos, cotidianamente, que, na ficção, qualquer semelhança com a realidade nunca é mera coincidência.

## **1. Outros tempos?**

Ele estava lá, diante de um semáforo da Avenida Manoel Dias, na cidade de Salvador. Se ainda assim parecer difícil identificá-lo, pois nessa localidade eles são tantos, ele é o que tem uma fita vermelha, daquelas do Senhor do Bonfim. Já está bem gasta, desfiada, demonstrando que há muito se encontra ali, envolvendo seu punho. Afinal, reza a lenda que ela arrebenta quando os desejos são realizados e, pelo

visto, a dele já o acompanha há anos, talvez porque seus sonhos sejam inalcançáveis. Ele mesmo só lembrava de um: queria aprender a ler e a escrever para tentar entender melhor “esse mundo doido”.

Quanto à sua situação familiar, a categoria “órfão” não lhe é adequada. Segundo a definição do dicionário, “órfão” é quem perde alguém e ele não perdeu ninguém, assim como ninguém o perdeu, pois perder implicaria em um ato involuntário e inesperado, ao contrário do que ocorrera em sua vida: uma ação deliberada de abandono, certamente em função das desigualdades que marcam a realidade social, mas nem por isso fácil de ser compreendida por uma criança, que teve que conhecer muito cedo as agruras da vida. Chegou a viver com a mãe e a lembrança mais forte que carrega é dela dizendo que quis abortá-lo. Até que um dia ela sumiu, “emancipando” o menino aos oito anos de idade. Sobre o pai, esse sim conseguiu abortar o “moleque”. Não de seu ventre, obviamente, mas de sua vida, ato feito tão logo soube da gravidez.

Seu nome veio ao acaso, sem a formalidade burocrática ordinária. A mãe costumava chamá-lo de Túlio. Já o sobrenome nunca soube, mas adotou o Oliveira, porque um homem na rua lhe disse que ele parecia um jogador de futebol com esse nome. Assim surgiu Túlio Oliveira: o “pivete” da pulseira vermelha, que vende bala na Avenida Manoel Dias, em Salvador, Bahia.

Depois do abandono da mãe, Túlio teve que conhecer a dura realidade de ser sozinho no mundo. Não demorou a aprender as artes que a rua ensina: ter a leveza da mão para o furto e a rispidez para o roubo. Conheceu também o aconchego nas drogas: a cola e o tiner eram as favoritas, consumidas sob a justificativa de que, vez por outra, precisava fugir da sua rude realidade. De “de vez em quando”, o refúgio nas drogas tornou-se “de vez em sempre”.

Certo dia, entorpecido e com seus amigos, abordou uma beata que saía da Igreja. A mulher o advertiu: “Procure Deus, ‘moleque’. Ainda dá tempo!”. E ele prontamente respondeu: “Acreditar em Deus é privilégio, Dona. Não tem ninguém por mim não, já entendi isso”. Aquilo não era uma resposta, era um desabafo, uma confissão. O pouco de fé que ele tinha, depositou na pulseira do Bonfim. Era o máximo a que se permitira acreditar.

Túlio morava com seu bando, só que em um barraco no Vale das Pedrinhas. Andava cerca de meia hora todo dia para chegar ao seu ponto de comércio da avenida. Nem sempre voltava para casa. Encontrava entretenimento pelas ruas, na madrugada. E o fatídico episódio, que seria mais um capítulo na sua biografia, ocorreu em uma dessas noitadas.

O menino havia consumido uma grande quantidade de drogas. Nos seus devaneios, perdeu-se de seus colegas e acabou dormindo no vão de um viaduto que não reconhecia direito. Na verdade, ele achava que conhecia, e ali permaneceu por acreditar ser seguro, embora no momento não conseguisse distinguir bem a localidade. Apagou em menos de um minuto deitado direto no chão.

Acordou com barulhos de cavalos trotando e um som abafado de falas humanas, mas não compreendia sequer uma palavra. Olhou ao redor e estranhou a paisagem: muitos tons de cinza, desde o céu, até as construções. O tempo estava nublado, assim como sua própria visão. Tudo o que observava não condizia com os tons tropicais a que ele estava acostumado. O menino tremia de frio, batia tanto o queixo que chegou a pensar que trincaria seus frágeis dentes. Mesmo em dias chuvosos, nunca assim se sentira nas ruas de Salvador. Surgiu, diante de si, um “moleque”, que aparentava ter a mesma idade. Sua atitude demonstrava empatia, solidariedade. Chegou a oferecer-lhe o casaco, atitudes compreendidas através dos gestos feitos pelo menino, e não por suas palavras. Estas eram totalmente indecifráveis. Relutou um pouco em aceitar o casaco, mas por fim cedeu, pois já estava sucumbindo a tão baixa temperatura. Estranhava tudo: a forma como falavam, os trajés, até as casas e construções nas ruas, mas algo lhe parecia comum: havia um cheiro de miséria no ar, algo com o que já estava bem ambientado – e, por mais paradoxal que pudesse parecer, fazia com que se sentisse seguro.

O rapazinho que o ajudou logo apontou o caminho a seguir. Túlio não via outra opção, senão ir junto. Estava com fome e frio e era esperto demais para ser enganado por uma criança que se veste engraçado, pensava. Atravessaram ruelas estreitas, com esgoto a céu aberto e Túlio só tentava descobrir qual bairro de Salvador era aquele. Chegou a suspeitar que caminhava por outra localidade, dado o frio e pela forma de falar daquele povo, mas imaginou que talvez estivesse em uma área em que residiam os brancos pobres, que se comunicavam por meio de alguma língua que não conhecia.

Vai saber! Chegando ao local para o qual foi levado pelo seu guia, deu de cara com um grupo de crianças e um homem mais velho, que se portava como um mentor. Túlio compreendia todo aquele cenário, pois já fizera parte de tipo de organização semelhante até seus dez anos, tendo depois se desvincilhado dela também.

Olhavam-no como se fosse um animal exótico. Ele realmente tinha traços, vestimentas e cor da pele diferentes daqueles que compunham o grupo. Nenhuma palavra foi trocada entre Túlio e os meninos, mas eles pareciam se entender. Era uma compreensão que passava por suas histórias de vida, pareciam já saber tanto uns dos outros, sem precisar de qualquer forma de expressão verbal. Era uma linguagem que só a rua ensinava e essa era a comunicação que pautava as relações estabelecidas ali.

Passaram uma tarde nas vielas sujas e estreitas do bairro, no mercado a céu aberto, “batendo carteira”, visitando locais de “má fama”, lidando com diversos sujeitos daquele mundo. Túlio parecia reconhecer cada um deles, seja pela fúria, seja pelo desprezo, seja pela piedade, seja pela indignação, sentimentos demonstrados por meio de gestos e olhares dos que passavam. Era assim que, no seu cotidiano, costumava classificar as pessoas, mas ele também estranhava certas coisas: o tipo de objetos e moedas que chegavam às suas mãos, sempre que, ao lado de seus agora “comparsas”, lançava-se na “aventura da subtração”. Aprendeu e ensinou com a experiência.

Túlio aproximou-se de um dos meninos, que parecia ser o integrante mais novo. O garoto tinha um rosto com permanente expressão de medo, talvez um sinal de que estava há pouco tempo nessa vida. Entreolharam-se. O garoto, que usava um paletó, sapatos de couro e boina, apontou para o próprio peito e disse “Oliver”. Túlio repetiu o gesto e apresentou-se: “Túlio”.

Em um sobressalto, o nosso protagonista acordou. Viu-se debaixo daquele mesmo viaduto, sozinho. A cabeça rodava e não conseguia entender muito bem o que se passara naquela noite. Teria sido um sonho? Mas era tudo tão real, tão vívido... Talvez tenha mesmo abusado da cola. Ou talvez não. Talvez tenha viajado no tempo. Já ouvira falar sobre isso. Entristeceu-se ao constatar que, se fosse esse o caso, nem assim, livrara-se da miséria, como se fosse ela o seu destino em qualquer tempo, em qualquer vida. Ouviu sons de buzinas. *Game over!* Agora não dava tempo de pensar em mais nada: o sinal o esperava!

## 2. Entre trapos e farrapos: a constituição de “paisagens de abandono”

Quanto de “Túlio”, de “Oliver”, de “moleque” ou de “menor” há nas ruas das grandes cidades? Quanto de dor lhes sobra e de perspectivas lhes faltam? A impressão que fica, a partir destas histórias cruzadas, reflete, em muito, o que Cazuzza e outros descreveram, de forma poética, na canção “Milagre/Miséria”:

“Miséria é miséria em qualquer canto  
Riquezas são diferentes  
Cores, raças, castas, crenças  
Riquezas são diferenças  
E as crianças brincam com a violência  
Nesse cinema sem tela que passa pela cidade  
Ah, que tempo mais vagabundo é esse  
Que escolheram pra gente viver?”

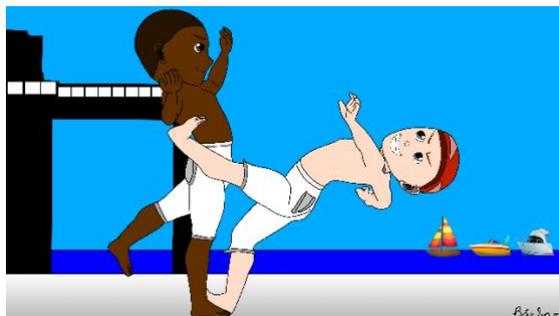
Nosso Túlio é inspirado em personagens que compõem o universo do romance de Jorge Amado, *Capitães da Areia*, assim como Oliver, personagem de Charles Dickens no livro homônimo. Esses personagens surgem para nos fazer ver que a arte (ou, no caso, a Literatura), de fato, imita a vida. Tempos e espaços se misturaram na narrativa apresentada, permitindo-nos transitar entre Salvador, anos 1930, e Londres, anos 1830 – épocas em que os referidos romances foram escritos. Cidades separadas por um oceano e por cem anos de história, mas com as mesmas mazelas – a miséria, a desigualdade, o abandono e a solidão. É como se os tempos vagabundos escolhidos para essas crianças fosse um tempo que sempre voltasse, ou sequer tenha algum dia deixado de existir, haja vista que em qualquer sinal ou debaixo de viadutos de muitas cidades do mundo, ainda hoje, em pleno século XXI, muitos “Túlios” e “Olivers” disputam alguns trocados.

**Figura 1** – Representação de “Oliver Twist”.



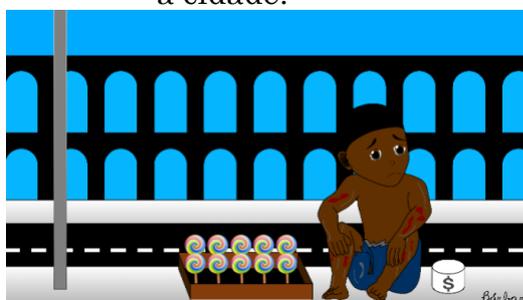
**Fonte:** ilustração de: Bárbara Maia. Arquivos da autora.

**Figura 2** – Representação de Capitães da Areia.



**Fonte:** ilustração de Bárbara Maia. Arquivos da autora.

**Figura 3** – Em busca de alguns “trocados” – a representação da pobreza que “veste” a cidade.



**Fonte:** ilustração de Bárbara Maia. Arquivos da autora.

E como as cidades nos apresentam estes – ou seria melhor dizer – vestem-se destes personagens? Como e em que medida os cidadãos são afetados por tal realidade?

Vale lembrar que as metrópoles, não é de hoje, são tratadas como espaços que impingem aos seus habitantes o desenvolvimento/adoção de determinados mecanismos de defesa – analisados espetacularmente por Simmel (2005) e Wirth (1973), vistos como fundamentais à própria condição de homem urbano: a impessoalidade, a indiferença, a reserva e a atitude *blasé*. Seriam, a bem da verdade, quase que formas de sobrevivência frente aos excessos e ao caos que a cidade nos impõe, uma racionalidade que viabiliza a manutenção de um distanciamento emocional, a despeito de uma proximidade física em relação a determinados fenômenos.

A “atitude mental”, tratada por Simmel, leva os sujeitos a se ajustarem “inteiramente por conta própria a essa forma de existência, a sua autoconservação

frente à cidade grande, que lhe exige um comportamento não menos negativo de natureza social” (2005, p. 582). Assim, diante dos “Olivers”, “Túlios”, “Josés”, “Pedros”- isoladamente ou em meio às suas “gangues”/“bandos” - não vemos rostos, não vemos feridas, desconhecemos aquelas marcas impressas em seus corpos, que contam suas respectivas histórias. Vemos cor da pele, vemos trapos e farrapos, sentimos medo. Diante destes meninos, somos incapazes de perceber que, mesmo em meio à multidão, isolamento e solidão marcam suas vidas, a exemplo do sustentado por Escorel, a partir de referências a Arendt (1989):

O isolamento e a solidão não emergem como uma contraposição aos agrupamentos. Estão presentes, mesmo no interior dos grupos, na medida em que o vínculo estabelecido não promove uma inserção social e sim, apenas, um elo pragmático com uma unidade de pertencimento efêmera e fugaz. [...]. Arendt distingue isolamento de solidão. No isolamento, a característica é a impotência, a incapacidade de agir. É uma característica da esfera política: não posso agir porque não há ninguém para agir comigo. [...] O isolamento torna-se insuportável quando o homem isolado não é ‘de interesse de ninguém’. É aí que o isolamento se torna solidão. A solidão ocorre na esfera dos contatos sociais, refere-se à vida humana como um todo: uma pessoa pode sentir-se completamente abandonada por toda companhia humana [...]. A solidão, inclusive, manifesta-se mais nitidamente quando se está na companhia de outras pessoas. É a experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter (ESCOREL, 1999, pp. 165-166).

A atitude *blasé* a qual nos referimos – promovida incessante e continuamente nas grandes cidades – não só contribui para o reforço deste isolamento por parte daqueles meninos, afinal, não agem, pois não há com quem contar para que ajam com eles (ou a seu favor), mas também lhes imputa uma condição de solidão quase que absoluta, de não pertencimento.

Sennet (1998) refere-se ao imaginário da multidão, que predomina na contemporaneidade e que, de acordo com o autor, seria a extensão da ideia de isolamento prevalecente no século XIX. Para exemplificar, faz referência aos trabalhos de Lofland e Goffman:

Exploraram com grande minúcia [...] os rituais com os quais os estranhos, que estão em ruas apinhadas, se fornecem mutuamente pistas de afirmação que deixam cada pessoa, ao mesmo tempo, em isolamento. A pessoa abaixa os olhos, ao invés de olhar diretamente para um estranho, para assegurar-lhe de que ela é inofensiva; a pessoa se engaja nos balés pedestres para sair do caminho dos outros, de modo que cada pessoa terá uma verdadeira ala por onde andar. Se precisar falar com um estranho, ela começa por pedir desculpas e, assim por diante (SENNET, 1998, p. 364).

Nesse balé urbano, contudo, há, segundo o mesmo autor, uma outra perspectiva moderna de se compreender essa multidão: ela seria, por assim ser, “o modo pelo qual as mais venais das paixões dos homens são mais espontaneamente exprimidas; a multidão é o ‘homem-animal’ libertado de suas rédeas” (SENNET, 1998, p. 364). O monstro que se torna a multidão, segundo esta perspectiva, assume um caráter de classe, lugar de expressão das “subclasses”, dos “desajustados sociais”, dos “malvados”.

Os meninos que ocupam nossas ruas, a nosso ver, poderiam se colocar na primeira perspectiva, seja tentando demonstrar submissão, inofensividade, ao abaixar a cabeça durante a abordagem de um transeunte; seja repetindo a máxima: “desculpe incomodar, mas já incomodando a sua viagem”, quando pretendem vender algum produto nos transportes públicos. Na outra, seriam vistos como aqueles que formam turbas, que se juntam e promovem “arrastões” – e no Rio de Janeiro, a cada verão, esta é uma narrativa recorrente – justificando medidas repressivas e/ou higienistas, de modo a evitar que a paisagem seja maculada.

Cosgrove, chama a atenção para o fato de que “a paisagem humana está repleta de símbolos de grupos excluídos e de seu significado simbólico” (2013, p. 236). Entretanto, o mesmo autor sugere que essa paisagem da vida cotidiana não foi suficientemente estudada. Em geral, os estudos voltam-se para os significados oficiais de paisagens, não considerando as várias culturas excluídas. O fato é que a recusa de se olhar e/ou o enviesamento de olhares em relação às crianças pobres – os ditos “pivetes”, ou “menores” – não impedem que eles se projetem no cenário urbano, atuando e o (re)configurando, gerando um fenômeno que gostaríamos de denominar como “paisagens de abandono”.

O aparecimento dessas “paisagens de abandono” anda lado a lado com o sentido de exclusão desses sujeitos sociais, que passam a ser a representação da violência na cidade, da desordem, do medo, da sujeira, da degeneração urbana, aludindo aqui ao pensamento de Lefebvre (2011), que transforma e redefine as formas de apropriação do espaço, assim como as relações sociais que nele se dão. Contrariando a utopia do autor francês, a autogestão que o espaço urbano consegue alcançar é no sentido de produção e perpetuação de grupos socialmente excluídos.

Voltando-nos para as obras que nos inspiram neste ensaio, seus autores fazem referências explícitas às condições insalubres e à degradação, que marcavam as cidades referidas. O espaço é elemento tão determinante para a construção e definição dos protagonistas, que Amado e Dickens iniciam seus romances descrevendo aquelas paisagens.

Em “Capitães da Areia”, o primeiro contato que o autor estabelece com seus leitores é apresentando o local, que foi tornado “palco” principal de sua trama. Assim é que Jorge Amado retrata os tempos de glória e ruína do cais onde os Capitães fazem sua morada. Ao descrever o local, indica-nos que aquele espaço que era o destinado para as trocas comerciais e o trânsito de marinheiros em seus tempos áureos, acabou caindo no abandono; e suas ruínas serviriam de abrigo para ratos e, após aquele trapiche ser rejeitado até por um “cachorro vagabundo”, virou o lar daqueles que também foram rejeitados pela sociedade:

É que na sua frente se estende agora o areal do cais do porto. Por baixo da ponte não há mais rumor de ondas. A areia invadiu tudo, fez o mar recuar de muitos metros. Aos poucos, lentamente, a areia foi conquistando a frente do trapiche. Não mais atracaram na sua ponte os veleiros que iam partir carregados. Não mais trabalharam ali os negros musculosos que vieram da escravatura. Não mais cantou na velha ponte uma canção de um marinheiro nostálgico (AMADO, 2009, p. 25).

Dickens, por sua vez, denuncia os horrores da paisagem londrina, totalmente assustadora aos olhos de Oliver:

Era o lugar mais sujo e miserável que ele já tinha visto. A rua era estreita e úmida e o ar, carregado de miasmas fétidos. Havia um grande número de lojas pequenas onde as crianças berravam, apesar da hora adiantada da noite. Os únicos lugares que pareciam prosperar eram as tavernas, onde [...] fezes da espécie humana, discutiam com todas as forças. Vuelas e passagens estreitas deixavam ver algumas casas miseráveis, diante das quais homens e mulheres embriagados rolavam na lama da rua; e às vezes saíam com precaução desses antros indivíduos de cara sinistra (DICKENS, 2002, p. 69).

Sem sombra de dúvida, as paisagens descritas pelos autores contrastam com aquelas denominadas também por Cosgrove (2013) de “paisagens da cultura dominante”, erigidas por e para aqueles que exercem poder sobre os demais, que possuem “controle dos meios de vida: terra, capital, matérias-primas e força de trabalho” (COSGROVE, 2013, p. 230). Segundo o autor:

São eles que determinam, de acordo com seus próprios valores, a alocação do excedente social produzido por toda a comunidade. Seu poder é mantido e reproduzido, até um ponto consideravelmente importante, por sua capacidade de projetar e comunicar, por quaisquer meios disponíveis e por todos os outros níveis e divisões sociais, uma imagem do mundo consoante com sua própria experiência de ter a imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de cada um (COSGROVE, 2013, p. 230).

Cosgrove faz questão de deixar claro que tais paisagens possuem também uma natureza simbólica, para além da existência de dimensões formais e estáticas. Revelam-se e reafirmam-se através dos “valores culturais que elas celebram [e que] precisam ser ativamente reproduzidos para continuar a ter significado” (2013, p. 232). Isso faz todo sentido quando observamos, por exemplo, as estratégias e ações derivadas dos grupos detentores de poder que, nos vários tempos das cidades capitalistas (o que fica claro tanto na obra de Dickens quanto na de Jorge Amado), contrapunham-se/enfrentavam às/as paisagens de abandono (e, obviamente, seus habitantes), ora pela via da “caridade” ou assistência (hipócritas, em muitas circunstâncias), ora pela via da repressão.

### **3. Criminalização da pobreza e higienização urbana: tentativas de limpeza da cidade (ul)trajada de/pela miséria**

Em 1930, a cidade de Salvador, como bem analisa a arquiteta e urbanista Kuster (2013), era uma cidade já partida e, por tal razão, aqueles que se dispunham a conhecer a cidade, a conheciam de maneira fragmentada, não por inteiro. Em geral, as espacialidades experimentadas pelos sujeitos na cidade correspondiam à “permissão” de acesso e às intenções que, em si, já se mostravam resultantes de uma hierarquia social.

Em Londres, no século XIX, palco das grandes mudanças provocadas pelo binômio industrialização/urbanização – os motores das relações eram o lucro, o dinheiro, a exemplo do demonstrado por Engels, ao dizer que:

Ao burguês da Inglaterra não lhe causa perda que seus operários morram ou não de fome, desde que ganhe dinheiro. Todas as relações humanas são subordinadas ao imperativo do lucro e aquilo que não propicia ganhos é visto como algo insensato, inoportuno e irrealista (ENGELS, 2010, p. 308).

Entretanto, ele [o burguês] de tudo fazia para dissimular tal sentimento. A hipocrisia era sua principal característica, dada sua disponibilidade em fazer caridade, em tornar-se benfeitor de instituições:

Beneficência que degrada mais quem a concede que aquele que a recebe, beneficência que torna mais subalterno aquele a quem é dirigida, pois lhe impõe – a ele, tornado pária nesta sociedade – a renúncia ao seu único bem, sua aspiração a uma condição humana, exigindo que comece por mendigar o perdão da burguesia antes de obter a graça que ela lhe oferece: uma esmola e, na frente, o estigma da humilhação! (ENGELS, 2010, p. 308).

A obra de Engels, que vem sendo citada, traz vários exemplos dessa relação nada paradoxal estabelecida entre a burguesia e os segmentos subalternos. Vemos alguns relatos interessantes sobre o assunto igualmente na obra de Dickens. Sendo o espaço público aquele onde a miséria se apresenta, não é difícil imaginarmos o incômodo causado à burguesia ao ver a expressão de seus atos e omissões ali expostos, aos olhos de todos. Daí também serem recorrentes as demandas por medidas capazes de “higienizar a cidade” – o que não significa, necessariamente, retirar-lhe a fuligem que a tornava cinza, provê-la de infraestrutura adequada, de modo a evitar que detritos escorressem em meio às ruas e aos rios, ou permitir aos operários o acesso a condições dignas de trabalho, de moradia e de alimentação. Uma carta publicada no Manchester Guardian, reproduzida por Engels na mesma obra, é exemplar para demonstrar o anseio da burguesia por “ordem” e “limpeza” urbana:

Senhor diretor: já há algum tempo, nas ruas principais da nossa cidade se encontra uma multidão de mendigos que, ou vestindo farrapos e aparentando aspecto doentio, ou expondo chagas e deformações repugnantes, procuram despertar a compaixão dos transeuntes de um modo desagradável e até indecoroso. Penso que, não só quando se paga o imposto para os pobres, mas ainda quando se contribui generosamente para as instituições de beneficência, tem-se o suficiente direito de ser poupado de cenas tão molestas e impertinentes. E mais: indaga-se para que serve o pesado imposto pago para manter a polícia municipal, se ela não garante o direito do público de caminhar pela cidade sem ser perturbado. Na esperança de que a publicação destas linhas em seu jornal, que atinge um grande número de leitores, incite os poderes públicos a eliminar esse inconveniente (*nuisance*), subscreve, respeitosamente, uma senhora (ENGELS, 2010, p. 310).

Essa parcela da população, cuja condição de usufruir do espaço citadino, em suas múltiplas dimensões, é negada – acesso a bens e serviços, apropriação legítima do espaço público, sociabilidade, expressão e fazer político – é levada a criar estratégias de sobrevivência dentro das cidades. Tais estratégias, em geral,

contrariam o que se prevê como modelo de urbanidade, colocando tais sujeitos em uma situação de transgressão à ordem. Resultado: tornam-se alvos de criminalização, isso explica o apelo da senhora que enviou a carta para que “os poderes públicos eliminem esse inconveniente”. Eliminar pode ser subentendido como retirar a pobreza do campo de visão, mas também pode ser encarcerar, lançar nos abrigos, nos asilos, nos hospícios, nos orfanatos ou, no limite, exterminar, elevando o processo de eliminação ao seu sentido literal, como se tais vidas não tivessem importância. A pobreza torna-se caso de polícia, passível de criminalização ou relegada à ocultação. Isso é explicitado por uma outra senhora burguesa, em uma carta destinada a um jornal inglês, capaz de, segundo Engels, demonstrar o “negócio” feito pela burguesia com os pobres, em uma tentativa de simular seu espírito humanitário:

Investindo em instituições beneficentes, compro o direito de não ser importunada e tratem vocês de permanecerem em suas tocas escuras para não ferir meus nervos delicados com o espetáculo de sua miséria! Continuem desesperados, mas desesperem-se discretamente – esse é o nosso contrato, que me custa as vinte libras que ofereço para o asilo (ENGELS, 2010, p. 310).

Scorel aponta que “privar pessoas do suprimento de suas necessidades vitais [...] é uma forma de eliminação do espaço público” (1993, p. 47). Por necessidades vitais, aqui, a autora se refere a serviços básicos que um ser humano merece ter acesso, como alimentação, segurança e educação. Negar a alguém o pleno exercício de tais direitos é condicioná-lo a uma incompleta existência dentro do corpo social, não o considerando com qualquer semelhança. A autora ainda reforça seu pensamento, articulando com o que Weffort (1992) categoriza como um “sistema dual”, ao referir-se à estrutura que marca a sociedade brasileira, na qual constata-se uma plena participação e influência por parte de parcela da população que integra (consome) a sociedade, fazendo com que recaia sobre aqueles que se mantêm invisíveis neste corpo social um regime de coerção e terror.

A relação dos pobres ou despossuídos com a polícia costuma ser pautada em muita tensão. Isso já era a tônica na Inglaterra, no século XIX, e no Brasil, desde sempre, marca a nossa história. Observando o relato de Engels, reproduzido abaixo, e comparando-o com o que vimos repetidamente no Brasil – e neste sentido, os exemplos são muitos, indo desde a extirpação dos cortiços dos centros das grandes cidades em nome da salubridade e da ordenação urbana; a remoção de favelas; a

repressão de trabalhadores informais; o recolhimento compulsório da população em situação de rua; as operações policiais realizadas em favelas que, não raras vezes, produzem vítimas inocentes, entre tantas outras - não é difícil constatarmos o quanto a criminalização da pobreza foi atualizada ao longo dos dois últimos séculos, em várias partes do mundo. Vamos ao que relatou Engels:

O burguês pode fazer o que quiser: diante dele, o policial é sempre cortês e atém-se estritamente à lei; o proletário, em compensação, é tratado com violência e brutalidade, sua pobreza atrai sobre ele a suspeição acerca de todos os delitos imagináveis e, ao mesmo tempo, torna-lhe inacessíveis os recursos legais contra o arbítrio dos que detêm o poder. Para o proletário não existem as garantias protetoras da lei; a polícia entra em sua casa sem nenhum mandado, prende-o e maltrata-o (ENGELS, 2010, p. 313).

O que vem a ser entendido como criminalidade, contrapõe-se, em geral, à noção do trabalho derivada do Modo de Produção Capitalista. O trabalho, na ordem burguesa, é a “lei suprema da sociedade [...] e o ócio uma ameaça à ordem” (VALLADARES, 1991, p. 92). A condição de miséria, por associação é, não em raras vezes, compreendida como falta de empenho do trabalhador em vender sua força de trabalho. A pobreza e a criminalidade, como defende Valladares (1991) ao pensar sobre os cem anos da pobreza (urbana) do Brasil, não estão associadas casualmente ao cenário urbano: são processos interligados.

Santos (2001) refere-se ao caráter da pobreza em um contexto de globalização mais consolidada. Segundo o autor, nesse período já teríamos superado as duas outras formas de “dívida social”: a “pobreza incluída”, que se dá em um cenário em que o consumo, ainda não tão difundido, teria um teor “reversível” ou “tratável”; a “marginalidade” que, expressa em um contexto já consumista, apresentaria novas definições e perfis de pobreza; e a etapa em que nos encontramos, na qual a “pobreza estrutural globalizada” congregaria aqueles pobres que “não são nem incluídos e nem marginalizados, são excluídos” (SANTOS, 2001, p. 72), portanto, podem ser descartados, já que não são necessários para fazer a “roda girar”, logo, “ninguém” sentiria falta deles.

As transformações processadas no mundo do trabalho, pós-década de 1970, desencadeadas pela reestruturação produtiva, levaram o capitalismo a um novo patamar, aprofundando contradições já existentes e fazendo emergir novas formas de desigualdades intraurbanas. Túlio e Oliver, atores que viveram momentos pretéritos

a este, também ficariam chocados se, através de um sonho, por meio de uma máquina do tempo ou pelo abuso de drogas, tivessem se reportado ao futuro. Falando especificamente sobre a realidade brasileira, Maricato refere-se à instabilidade que os trabalhadores passaram a enfrentar, a partir dos anos 1970, fruto das altas taxas de desemprego e em razão de tendências à terceirização de postos, o que acarretou em uma “quantidade inusitada de mendigos, moradores de rua e crianças abandonadas, que se incorpora à paisagem central das grandes cidades brasileiras.” (MARICATO, 1996, p. 76), perspectiva que só reafirma o que temos chamado de paisagens do abandono.

A autora ainda discute a relação entre a desigualdade social e o aumento da violência, defendendo que violência é “um conceito classista de uma sociedade que prioriza a defesa do patrimônio individual antes de priorizar a integridade do trabalhador ou da criança” (MARICATO, 1996, p. 77). Vê-se, cada vez mais, uma naturalização da morte em associação a uma banalização da vida, em que o extermínio torna-se uma prática cada vez mais recorrente, fazendo vítimas que, no caso brasileiro, têm as favelas e periferias como endereços, possuem cor (em geral, são pretos) que, em sua maioria, não conseguem chegar à idade adulta (homens jovens, principalmente, são os principais alvos). Segundo Cruz-Neto e Minayo:

O extermínio se constrói dentro da ideia de limpeza social, administrada por um poder centralizador, considerado imune ao mal. Seja sob a motivação de “superioridade e purificação da raça”, no caso do nazismo, seja sob o pretexto da “construção de um novo momento histórico”, no caso do stalinismo, ou, ainda, sob a ótica da eliminação de populações supérfluas, o pensamento fundamentador do extermínio é o de que, eliminando-se os componentes de determinado segmento ou etnia, promove-se o bem para a coletividade. O sacrifício da parte em favor do todo, a extirpação da porção maldita, faria a sociedade encontrar seu estado ideal de normalidade, ou retornar ao mesmo. O grupo ou segmento executor concebe-se como ideologicamente superior, detentor da verdade, do poder de justiça e acima das leis constitucionais. Desta forma, o mesmo se isenta de culpa, porque desloca o pacto moral da sociedade e as contradições socioeconômicas para o domínio da transcendência religiosa, da história, da natureza, da cultura ou das necessidades sociais (CRUZ-NETO; MINAYO, 1994, p. 204).

#### **4. Quando a organização do espaço urbano diz muito sobre o corpo que a bala atinge**

Túlio e Oliver, caso fossem reais, possivelmente seriam dois números a mais na triste estatística que revela a situação de vulnerabilidade a que estão submetidas as crianças que vivem em nossas favelas e periferias urbanas. O Rio de Janeiro tem sido um grande (e triste) laboratório para análise de toda sorte de infortúnio que se abate sobre este segmento específico.

Quantas foram as notícias, nos últimos anos, de crianças vitimadas por projéteis que não relutaram em achar seus corpos? Quantos foram outros tantos adolescentes que, sob o argumento do auto de resistência, foram assassinados por policiais durante operações em favelas? Como contabilizar os inocentes que, em meio ao fogo cruzado entre policiais X traficantes, traficantes X milicianos, foram alvejados por “balas perdidas”?

As capas dos jornais têm sido manchadas pelo sangue de todas estas vítimas. A miséria humana e a violência vêm sendo exibidas como séries televisivas. Quando ninguém se apresenta para falar por eles – o que demonstra a situação de isolamento à qual nos referimos em outro momento deste artigo, pouca ou nenhuma repercussão suas mortes ganham na mídia, a não ser a transformação de vidas perdidas em um mero dado estatístico. Quando as famílias reivindicam justiça e grupos que defendem os direitos humanos clamam por providências por parte do Estado, repara-se um certo clamor público, vindo de alguns segmentos da sociedade que ainda não tratam a vida como mercadoria. Este clamor dura alguns dias, talvez semanas, até que cai no esquecimento, à espera de um próximo evento. E, de evento a evento, vidas vão se perdendo pelo caminho, famílias são destruídas, sonhos são dissipados. As figuras abaixo são elucidativas da forma como a violência urbana vem acometendo as crianças nos municípios do Grande Rio. Foram extraídas de uma matéria jornalística publicada no El País que, por sua vez, fazia referência a dados derivados da plataforma Fogo Cruzado:

**Figura 4** – Crianças baleadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, entre 2016 e 2021.



Fonte: OLIVEIRA (2021).

**Figura 5** – Circunstâncias em que se deram as ocorrências.



Fonte: Oliveira (2021).

A matéria jornalística que apresenta os dados contidos nos gráficos acima traz uma outra questão importante acerca do perfil destas crianças baleadas (muitas delas mortas). Segundo Pedro Hartung, advogado e coordenador jurídico do Instituto Alana, que promove o direito e o desenvolvimento integral da criança no Brasil, crianças negras não são crianças, são “menores”:

As crianças que são vitimadas por esse tipo de violência [balas perdidas] são crianças muito específicas, negras e periféricas. Por isso, não atraem a mesma atenção que, por exemplo, uma criança que é baleada em bairros de classe média alta das cidades urbanas. Isso acaba não gerando tanta comoção e tanta movimentação porque temos ainda um racismo estrutural no país, que subclassifica estas crianças (OLIVEIRA, 2021).

As carinhas estampadas na mídia, apresentadas na figura abaixo, confirmam esta premissa. Só em 2020, doze crianças pretas ou pardas foram baleadas e mortas no Estado do Rio de Janeiro, segundo dados divulgados em outubro daquele ano pelo Fórum Nacional de Segurança Pública. Até 12 de outubro de 2021, segundo a Plataforma Fogo Cruzado, outros nove já tinham sido alvejados por tiros, sendo que três não sobreviveram. Isso em falar em casos emblemáticos, como aquele dos meninos Lucas Matheus da Silva, 8 anos, Alexandre da Silva, 10 anos, e Fernando Henrique Ribeiro, de 12 anos, que desapareceram em dezembro de 2020 e, somente nove meses depois, o caso foi “elucidado”, sendo atribuída a traficantes a responsabilidade por suas mortes, ainda que os corpos não tenham sido encontrados.

**Figura 6** – Crianças mortas no estado do Rio de Janeiro em 2020, entre janeiro e outubro de 2020.



Fonte: G1, 2020.

Sempre que algum desses casos é revelado pela grande mídia, e antes mesmo que qualquer comoção se instale entre a população, percebemos uma certa tendência por parte das instituições de segurança pública como dos veículos de comunicação, à verificação se a criança (e, por associação, sua família) possui algum tipo de vinculação a qualquer grupo criminoso ou se cumpre medida socioeducativa, em decorrência do cometimento de ato infracional. É como se, se assim o fosse, o extermínio pudesse ser justificado.

Sabemos que, a cada dia, o tráfico arregimenta pessoas cada vez mais jovens (crianças até com 8, 9 anos de idade) para servirem de “aviões”. A “sedução” exercida pelos traficantes sobre este público é bastante grande, sobretudo diante da omissão

do Estado, que impede essas crianças de vislumbrarem um futuro digno, longe da situação de pobreza que aflige suas famílias. A vinculação quase direta que costuma ser estabelecida entre “pobreza-criminalidade-favela”, acaba por gerar ou afirmar uma série de preconceitos, estigmas e estereótipos, colocando sobre as vítimas a suspeição. E, por tal razão, cabe aos familiares (sobretudo às mães enlutadas) repetirem, em rede nacional, que seus filhos eram inocentes, estudantes, não eram bandidos, em uma tentativa de desconstrução da mácula impingida às suas próprias trajetórias. Sobre os ombros destas mães, em grande parte dos casos, acaba por recair a condenação pela morte dos filhos, sob o argumento de negligência, de abandono. Não se verifica, em geral, qualquer questionamento por parte da sociedade a respeito da ausência de políticas públicas, de instituições assistenciais e educacionais que, de fato, sejam capazes de proteger estas crianças da violência, do desamparo, da fome, enquanto suas mães – na maioria das vezes, “mães solo”, precisam trabalhar para garantir o sustento da família. Posturas como estas negam um princípio fundamental contido tanto na Constituição no seu artigo 227, como no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), no artigo 4º, que estende à sociedade e ao Estado a responsabilidade em relação a este público:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, Constituição Federal).

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente).

A estrutura socioespacial característica de muitas cidades – e, aqui, referimo-nos especialmente àquela que compõe a região metropolitana do Rio de Janeiro, de onde emergem os dados apresentados anteriormente, possui como elemento recorrente uma organização segregadora e fragmentada, estrutura esta que facilita ocorrências que culminam em mortes de crianças, como as relatadas, sem que, na

maioria dos casos, os autores dos crimes sejam punidos, posto que, em geral, são agentes do próprio Estado.

O debate sobre tal situação, deste modo, não pode prescindir da alusão à fragmentação que se apresenta através de processos sociais, mas também possui uma dimensão espacial, devidamente resgatada por Souza (2000). O autor, ao tratar da crise que se abate sobre as metrópoles, afirma ser necessária “a percepção clara dos vínculos entre relações sociais excludentes e segregatórias, por um lado, e o espaço urbano, por outro” (SOUZA, 2000, p. 179). Isso porque os grupos sociais se segregam (seja de modo compulsório/induzido, seja por escolha/opção, neste caso, o privilégio é para poucos).

Pimentel (2010) ao discorrer sobre a fragmentação espacial do Rio de Janeiro, indica que “por trás de processos de relativa homogeneização cultural e de costuramento econômico e ‘compressão espaço-temporal’, tem lugar também exclusão e segmentação espacial” (2010, p. 1196). Essa segmentação espacial cria territórios de tensão e controle (por traficantes, por milicianos) sobrepostos nos espaços das cidades, determinando zonas de acesso restrito a certos grupos e, conseqüentemente, dificultando o convívio, a tolerância e o contato entre os cidadãos, engendrando, também, conflitos que culminam em mortes, como aquelas a que vimos nos referindo.

A fragmentação deve ser vista como uma espacialização de processos sociais, resultantes tanto de um movimento de expropriação daqueles que são impedidos de acesso ao solo urbano mais valorizado, em razão das ações empreendidas pelos grupos dominantes que modelam a paisagem das cidades – agentes imobiliários, capital financeiro e até o próprio Estado – como, por outro lado, em decorrência das iniciativas de autossegregação. Neste caso, a cidade real é enxergada como um espaço a ser evitado em função dos “problemas” que apresenta, sendo a violência o principal deles. É então que os mais afortunados buscam a “apartação” em “bolhas urbanas”. Essas distintas formas de produção e de experimentação do espaço urbano condicionam os diferentes papéis que serão desempenhados pelos cidadãos, à medida em que também determinam sua rede de relações e as possibilidades (ou não) de usufruto dos bens e serviços que a cidade oferece.

A autossegregação remete à tendência de “privatização da vida” mencionada por Sennet (1998), iniciada no século XIX, e em processo de aprofundamento, desde o

século passado. Diz respeito às estratégias objetivas de confinamento, de recusa de contato com o que se considera hostil, com o inimigo, com os “forasteiros, desconhecidos, dessemelhantes”. Os muitos Olivers e Túlios que habitam nossas cidades insistem em incomodar os olhares mais “sensíveis” daqueles que preferem ter esses sujeitos fora do seu campo de visão e distantes das suas bolhas. Reportando-nos, mais uma vez, a Sennet, seriam pessoas/grupos como nossos personagens o tipo de “criaturas a serem evitadas; [...] a fraternidade se tornou empatia para um grupo selecionado de pessoas, aliada à rejeição daqueles que não estão dentro do círculo local.” (1998, p. 325). Desenvolve-se, nas cidades, aquilo a que Bauman chama de mixofobia (ou medo de misturar-se) que, como afirma,

não passa da difusa e muito previsível reação à impressionante e exasperadora variedade de tipos humanos e de estilos de vida que se podem encontrar nas ruas das cidades contemporâneas e mesmo na mais “comum” (ou seja, não protegida por espaços vedados) das zonas residenciais. Uma vez que a multiforme e plurilinguística cultura do ambiente urbano na era da globalização se impõe – e, ao que tudo indica, tende a aumentar –, as tensões derivadas da “estrangeiridade” incômoda e desorientadora desse cenário acabarão, provavelmente, por favorecer as tendências segregacionistas (BAUMAN, 2009, p. 22).

É assim que tantas crianças, transformadas em “estranhos” e “bárbaros”, tendem a despertar medo nos cidadãos, o que não significa, necessariamente, que se anule da experiência urbana a possibilidade de emergência de sentimentos ambíguos. São eles que tornam tão complexa e paradoxal a vivência da/cidade. Ao mesmo tempo em que a mixofobia se manifesta, também a mixofilia pode se fazer presente – aquele desejo/propensão de “misturar-se com as diferenças, com os que são diferentes de nós, o que abre a vida para aventuras de todo tipo, para as coisas interessantes e fascinantes que poderiam acontecer” (BAUMAN, 2009, p. 42). As muitas peles que revestem a cidade colocam a possibilidade de encontro com essas diferenças, de emergência de sentimentos ambivalentes. Se, por um lado, a cidade atrai, de outro ela repele cada um de nós; lança-nos em situações de incerteza, mas apresenta-nos novidades e surpresas, seduzindo-nos cotidianamente. A cidade é “maldição”, mas também é “brilho”; é negação e oportunidade. Enfim:

Mixofobia e mixofilia coexistem não apenas em cada cidade, mas também em cada cidadão. Trata-se claramente de uma coexistência incômoda, cheia de som e fúria, mas, mesmo assim, muito significativa para as pessoas que sofrem a ambivalência da modernidade líquida (BAUMAN, 2009, p. 9).

Sennet, em sua obra *Carne e Pedra*, demonstra que “as relações entre os corpos humanos no espaço é que determinam suas reações mútuas, como se vêem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam” (2006, p. 17). Para o autor, na contemporaneidade, a experiência da velocidade acaba por interferir nos nossos sentidos, chegando a escravizá-los, o que pode ser exemplificado a partir da perspectiva que o motorista tem ao volante de um carro, ao ser sujeitado às regras da locomoção. Da janela do automóvel, com vidros fechados e protegidos por películas, qual é a percepção daquele que dirige em relação ao menino que, nos sinais, faz toda sorte de malabarismo, em busca de alguns trocados? Qual é a perspectiva deste menino, que sequer é capaz de identificar o seu “público” em potencial, dadas as barreiras objetivas e simbólicas que inibem tal relação?

Na mesma medida, também os pedestres se submetem à velocidade imposta pela dinâmica das cidades. No vai-e-vem frenético que se impõe cotidianamente aos sujeitos metropolitanos, os sentidos sofrem um processo de embotamento, condição que é facilitada pela transformação do espaço em mero lugar de passagem, deixando de ser atraente, posto que o que se deseja, simplesmente, é atravessá-lo, de preferência sem o menor contato com o outro. As referências da cidade tornam-se, deste modo, secundárias, em que “o corpo se move passivamente, anestesiado pelo espaço, para destinos fragmentados e descontínuos” (SENNET, 2006, p. 19). Assim, corpos como de Túlio e Oliver, e de tantas outras crianças submetidas a situações de pobreza e desamparo, quando não são encarados como ameaçadores, simplesmente não são vistos. Tornam-se alheios aos sentidos, invisíveis ao olhar. Na melhor das hipóteses, são tratados como paisagem. O mais recorrente, contudo, é que sejam tratados como mácula, como sujeira a ser removida, conforme já ressaltado em outro momento do trabalho.

## **Considerações finais**

Bauman, em sua obra “*Globalização, as consequências humanas*”, fala da estratificação que caracteriza a sociedade contemporânea (nomeada por ele como pós-moderna de consumo). De acordo com o autor, a mobilidade – ou, segundo suas palavras, a “liberdade de escolher onde estar” – é privilégio de poucos, o que pode ser

traduzido pela possibilidade colocada àqueles que fazem parte de uma elite de abandonar “a sujeira e a pobreza das regiões onde estão presos aqueles que não têm como se mudar.” (BAUMAN, 1999, p. 94).

Olhando para as ruas das grandes cidades brasileiras, e outras tantas do mundo, vemos multiplicar o contingente de pessoas de todas as idades que não somente vivem aprisionadas à sujeira e à pobreza, como são encaradas como sua própria representação. Aliando-se a estas duas dimensões, não podemos desprezar uma outra: a violência, que mancha a paisagem urbana.

Se teimam em circular, em mover-se de lá para cá, isso não ocorre porque estes sujeitos são turistas – aqueles que têm o mundo ao seu alcance. Para Bauman, fazem parte de “estrato inferior”, de “vagabundos”, uma categoria de viajantes que viaja porque “não têm outra opção suportável. [...] Vagabundos são viajantes aos quais se recusa o direito de serem turistas” (BAUMAN, 1999, p. 101).

E foi assim, que neste ensaio, vimos Túlio viajar no tempo e, ao encontrar Oliver e os demais meninos, perceber não ter se libertado da pecha que carregava, tampouco abandonado o seu “destino”. Muitas são as crianças que, como ele, viajam através da cidade, vendendo balas nos ônibus e trens. Há um sem número delas que, transformadas em “aviões” do tráfico, transportam drogas que irão abastecer os jovens de classe média que não querem se arriscar nas “bocas” para acessar a droga consumida. Outras tantas enveredam em meio aos veículos fazendo malabarismos, em busca de alguns trocados. Há, especialmente, aquelas que, mesmo em suas casas, nas ruas do seu bairro ou na “comunidade” são tornadas alvos fáceis de projéteis que, atraídos por seu tom de pele, “escolhem” onde querem se alojar, pondo fim a sonhos, a histórias que mal tiveram tempo de ser contadas ou vividas.

Tanto a obra de Dickens, quanto a de Amado, ao denunciarem realidades silenciadas ou obscurecidas, não só contribuem para o despertar da consciência em relação às desigualdades sociais e intraurbanas, como permitem a emergência da empatia no leitor, mesmo que, muitas vezes, os efeitos tenham curta duração.

As cidades colocam a gestores, planejadores, cientistas sociais e organizações/movimentos da sociedade civil enormes desafios. Moradia, educação, saúde, assistência social, segurança, lazer – direitos garantidos pela Constituição e expressos em outros marcos legais, normativas e acordos internacionais - não passam

de meros registros formais, posto que não chegam aos segmentos menos privilegiados. Suas vidas também parecem não ter qualquer valor.

O cenário de desamparo das crianças tem sido agravado, a olhos vistos, pela maior crise sanitária do século, e talvez a mais ameaçadora à própria dinâmica capitalista. Por mais que o futuro ainda seja incerto, o que se projeta é um aumento significativo da miséria em escala global e as cidades acabam sendo sua grande vitrine. A tendência é que mais e mais pessoas sejam lançadas às ruas em razão do aumento das taxas de desemprego, da inoperância das políticas públicas e do descaso da sociedade em geral e das elites políticas e econômicas, em especial. É um horizonte desanimador, sobremaneira para aqueles que não possuem recursos suficientes para enfrentá-lo.

Os estudos urbanos precisam contribuir para reverter essa “dormência” ou situação de torpor que marca aqueles que, cotidianamente, se deparam com tantas injustiças. Todos precisamos ser sensíveis à realidade experimentada na carne por tantos Olivers e Túlios, que se apresentam no espaço citadino. Devemos nos deixar mover “entretempos”, vislumbrando e contribuindo para a construção de um futuro mais promissor para estas crianças.

## Referências bibliográficas

AMADO, Jorge. *Capitães da areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização – As consequências humanas*. Rio de Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 1999.

BRASIL. *Lei 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Geografia Cultural: uma antologia*, volume 2. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. Pp. 219-238.

CRUZ-NETO, Otávio e MINAYO, Maria Cecília. Extermínio: Violentação e Banalização da Vida. *Caderno de Saúde Pública*, nº 10 (sup. 1), pp. 199-212, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ZRDyWdrMzSwGHLKv8SLrY9x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2021.

DICKENS, Charles. *Oliver Twist*. São Paulo: Hedra, 2002. Disponível em: <https://www.machadodeassis.ufsc.br/obras/traducoes/TRADUCAO,%20Oliver%20Twist,1870.htm>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESCOREL, Sarah. Exclusão social: um fenômeno totalitário na democracia brasileira. *Saúde Social*, v.2, n. 1, pp. 42-57, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/9FMd9j99CptkwzdDTfBvy6f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2021.

G1. Doze crianças morreram baleadas no Rio em 2020. *G1*, 07/12/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/07/conheca-as-historias-das-criancas-mortas-baleadas-no-rio-em-2020.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2021.

KUSTER, Eliana. Moradores de cortiço, Capitães da Areia e Cobradores urbanos: personagens excluídos da construção da ordem Nacional. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 42, pp 79-102, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/sXc9hWbzFDSSDSV3Kk5rBkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2021.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro, 2011.

MARICATO, Erminia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo, HUCITEC, 1996.

OLIVEIRA, Cecília. 100 crianças baleadas em cinco anos de guerra contra a infância no Rio de Janeiro. *El País*. 28 de abril de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-29/100-criancas-baleadas-em-cinco-anos-de-guerra-contr-a-infancia-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 10 set. 2021.

PIMENTEL, Ivan Ignácio. Geografia do direito e a “Cidade partida”: uma difícil relação entre a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial e o exercício da cidadania. *Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI*. Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/4156.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6ª Edição. Rio de Janeiro, 2001.

SENNET, Richard. *Carne e pedra*. Rio de Janeiro, Record, 2006.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SIMMEL, Georg. *Grandes cidades e a vida do espírito*. MANA 11(2): 577-591, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Tráfico de drogas e fragmentação do tecido sociopolítico-espacial no Rio de Janeiro*. In: Anais do 22º Encontro anual da Anpocs, 1998. Disponível em:

<http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt21-14/5207-msouza-trafico/file>. Acesso em: 22 set. 2021.

VALLADARES, Licia do Prado. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R. R. (Org). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. IUPERJ, 1991. pp. 81-112.

WEFFORT, Francisco C. *Qual democracia?* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: Velho, O. G (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar; 1973. pp. 90-113.

YUNES, Eliane. Análise e interpretação de obras literárias: obstáculos entre obras e leitor? *Perspectiva: Revista do Centro de Educação*. Florianópolis, 3(6), pp. 68-74, jan./jun 1986. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8744/8073>. Acesso em: 10 set. 2021.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 1985.

**Recebido em:** 25 nov. de 2021.

**Aceito em:** 20 de jul. 2022.

#### COMO REFERENCIAR

OGUEIRA VIEIRA, Eduarda; SANTOS MAIA, Rosemere. Entretempos de “Pivetes” - quando a miséria é língua comum entre as cidades. *Latitude*, Maceió, v. 16, n. 1, p. 136-163, 2022.